

Epistemologias em disputa: desafios e possibilidades para uma produção de conhecimento interseccional

Ana Carolina Costa dos Anjos, Lidiane Cesário Barreto, Ariane Chiconelli Malta Beata e Thais Michelle Mátia Zacarias

Ana Carolina Costa dos Anjos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Betim, MG, Brasil
E-mail: carolcdosanjos@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-592X>

Lidiane Cesário Barreto

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil
E-mail: lidicesariobarreto@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6010-5133>

Ariane Chiconelli Malta Beata

Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, MG, Brasil
E-mail: arianechiconeli@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2621-7764>

Thais Michelle Mátia Zacarias

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil
E-mail: thaismmatia@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1232-0310>

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar epistemologias interseccionais como uma possibilidade de descolonização dos processos de produção de conhecimento ainda assentados na universalidade, neutralidade e objetividade que moldam o ambiente acadêmico-científico. Partimos da seguinte questão: de que maneira as epistemologias interseccionais podem desafiar as normas tradicionais de produção de conhecimento na academia? Propomos essa reflexão a partir de um percurso teórico que aponta as teorias interseccionais e o feminismo decolonial como caminhos possíveis. A descolonização do conhecimento não se limita a uma perspectiva teórica, mas envolve práticas que enfrentam relações de poder e condições de privilégio que atravessam sujeitos e instituições. Os resultados indicam a necessidade de transformações nas práticas de pesquisa e ensino, incluindo a valorização de saberes subalternizados que se colocam na contramão da hegemonia eurocêntrica, bem como o reconhecimento da urgência de revisar políticas de inclusão.

Palavras-chave: Epistemologias interseccionais; descolonização do conhecimento; saberes subalternizados.

Epistemologies in dispute: challenges and possibilities for intersectional knowledge production

Abstract: This paper aims to present intersectional epistemologies as a possibility for decolonizing knowledge production processes still grounded in notions of universality, neutrality, and objectivity that shape the academic-scientific environment. We begin with the following question: how can intersectional epistemologies challenge traditional norms of knowledge production in academia? We address this question through a theoretical approach that highlights intersectional theories and decolonial feminism as promising pathways. Decolonizing knowledge extends beyond theoretical debates and involves practices that confront power relations and conditions of privilege that affect both subjects and institutions. The results point to the need for transformations in research and teaching practices, including the incorporation of subaltern knowledges that challenge Eurocentric hegemony, as well as recognizing the importance of revising inclusion policies.

Keywords: Intersectional epistemologies; decolonization of knowledge; subaltern knowledges.

Epistemologías en disputa: retos y posibilidades para una producción interseccional de conocimiento

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar las epistemologías interseccionales como una posibilidad para descolonizar los procesos de producción de conocimiento aún basados en la universalidad, la neutralidad y la objetividad que configuran el entorno académico-científico. Partimos de la siguiente pregunta: ¿de qué manera las epistemologías interseccionales pueden desafiar las normas tradicionales de producción de conocimiento en la academia? Abordamos esta cuestión a partir de un recorrido teórico que destaca las teorías interseccionales y el feminismo decolonial como apuestas relevantes. La descolonización del conocimiento no se limita a la dimensión teórica, sino que también implica prácticas que enfrentan las relaciones de poder y las condiciones de privilegio que atraviesan a sujetos e instituciones. Los resultados señalan la necesidad de transformaciones en las prácticas de investigación y docencia, incluyendo la valorización de saberes subalternos que se oponen a la hegemonía eurocéntrica, así como el reconocimiento de la importancia de revisar las políticas de inclusión.

Palabras clave: Epistemologías interseccionales; descolonización del conocimiento; saberes subalternos.

Introdução

As pesquisas (ou vontades de pesquisa) têm sua origem e interagem com os cenários ao seu redor. Dessa maneira, a redação deste artigo é influenciada pelas discussões e textos da disciplina “Gênero e ciência”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal de Viçosa, acerca da produção científica do conhecimento e da posição das mulheres subalternizadas e marginalizadas nesse campo. Na sequência, com o convite feito a outra autora, o texto ganha fôlego e, então, propomos uma reflexão sobre a produção do conhecimento que confronte as normas hegemônicas e incorpore diversidades de vozes e perspectivas epistemológicas.

Dito isso, abrimos o texto afirmando que nossa escrita se filia e endossa as discussões sobre as potências e possibilidades de epistemologias interseccionais como contribuintes para a descolonização do conhecimento e dos processos de produção da ciência que moldam o ambiente acadêmico-científico. Conhecimento esse baseado em ideias como “universalidade”, “neutralidade” e “objetividade”. Com esse intuito, buscamos articular os pensamentos de autoras como Patricia Hill Collins, Léila Gonzalez, Ângela Figueiredo, Grada Kilomba, Ochy Curiel e outras(os).

Acrescentamos que, para nós, a epistemologia é um processo contínuo, no qual a ciência se debruça sobre si mesma, e cientistas discutem e analisam teorias, métodos etc. Entendemos que o fazer científico é um campo¹ (Bourdieu, 1994, 2005) e, por sê-lo, possui um conjunto de códigos, normas e regras tácitas, os quais “controlam” a produção de conhecimento. Ademais, todo o processo é imbuído de significados, que podem ser interpretados à luz da teoria do conhecimento e das discussões sobre epistemologias, sobre a natureza do conhecimento, seus tipos, as ideias de ceticismo e dogmatismo, além de como um conhecimento é formulado. Tudo isso tece, em torno de si, poder e autoridade. Afinal, é também daqui que surgem perspectivas e ferramentas destinadas a realizar avaliações sobre as formas de conhecimento.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), em seu sistema-mundo moderno/colonial, no qual localiza saber-poder, aponta que há uma geopolítica do conhecimento. Para Quijano (2000), a construção intelectual dentro, através e como justificativa dos processos da modernidade gerou uma visão de entendimento e uma abordagem na produção de conhecimento que revelam a natureza do modelo global de influência: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa visão e método específico são identificados como eurocentrismo, conforme explica o sociólogo.

Nesse sentido, o campo da epistemologia encontra sua base em um tipo específico de razão. Nessa abordagem totalitária, a razão tornou-se, no contexto ocidental, a racionalidade científica que, ao se apresentar como um modelo totalitário e único, rejeita a natureza racional de todas as outras formas de conhecimento que não são controladas com os princípios epistemológicos e as regras metodológicas da epistemologia dominante.

¹ Campo é um conceito que atravessa a obra de Pierre Bourdieu, isto é, como traduz sua concepção social. O termo, para o autor, refere-se a um espaço de relações entre grupos com diferentes posicionamentos sociais, espaços de disputa e jogos de poder. Para Bourdieu (1994, 2005), a sociedade é composta por diversos campos, entre os quais há relativa autonomia, mas ele destaca que cada campo possui e é regido por regras próprias.

Isso sugere que os processos de descolonização, que tiveram início historicamente como um movimento de libertação das colônias e formação de Estados-nações independentes, agora devem se estender para a liberação de uma colonização epistêmica. Caso seja efetivada, essa mudança abrirá espaço para a concepção de novas formas de conhecimento que não estejam restritas aos critérios estabelecidos pelo saber dominante.

Assim, neste artigo, discutiremos a questão das epistemologias interseccionais a partir dos seguintes tópicos: “Interseccionalidade: as diferenças das diferenças”, na qual trazemos alguns apontamentos sobre as definições do conceito de interseccionalidade. No segundo tópico, tecemos uma crítica à noção de objetividade da ciência hegemônica a partir dos pensamentos de pensadoras feministas e, no terceiro e último tópico, abordamos alguns dos desafios e resistências das epistemologias interseccionais no ambiente acadêmico. Atravessa o texto uma perspectiva de escriturais (Evaristo, 2020)² orientada por uma revisão de literatura narrativa.

Interseccionalidade: as diferenças dentro da diferença

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser gays juntos não foi o suficiente. Éramos diferentes. Ser negro junto não era o suficiente. Éramos diferentes. Ser mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser pretos juntos não era o suficiente. Éramos diferentes. [...] Demorou um pouco até percebermos que nosso lugar era a casa da diferença, em vez da segurança de qualquer diferença particular (Lorde, 2018, posição 4141; 4147, tradução nossa).

A “casa da diferença”, como propõe Audre Lorde, é uma estratégia de articulação entre marcadores sociais da diferença e da desigualdade que busca abrigar as diferenças frente a qualquer diferença particular, um lugar de fluxos que aposta na “não fixidez” ou em “diferenças particulares”. Assim, prefaciando essa subseção, pensamos ser importante apontar as diferenças existentes dentro das categorias “gênero” e “mulheridades” que possuem tradições de pensamentos e epistemologias. Recorremos à filósofa, escritora e ativista feminista estadunidense para apontar que a “casa da diferença”, a partir da qual escrevemos sobre epistemologia interseccionais, pode ser uma possibilidade potente para descolonização de conhecimentos e para pensar as diferenças no plural.

Assim, antes de trazer a interseccionalidade enquanto teoria, vale apontar que ela nasce de elaborações de mulheres negras frente às teorias feministas que foram produzidas, majoritariamente, por mulheres lidas como brancas e não-pobres, do feminismo hegemônico. Desse modo, tanto a forma de operacionalizar quanto as construções de diversas nuances das teorias feministas e teorias de gênero se davam com e a partir de um olhar racializado como branco.

² Organizamo-nos entorno do termo escriturais de Conceição Evaristo (2020) que une a escrita com o vivido. Isto é, uma escrita informada pela raça e gênero, destacando subjetividade e agência de vozes historicamente marginalizadas. Trazendo dessa forma nosso olhar que é informado por esses marcadores sociais, bem como pela experiência de sermos mulheres, negras na academia.

Faltava, dessa forma, teorias que dessem conta da experiência das mulheres negras, afinal, somos afetadas pelas condições raciais, de gênero e possivelmente de classe, uma vez que a maioria de nós está inserida em maiores condições de vulnerabilidade social e econômica³. Nos termos de Lélia Gonzalez (1982, p. 96): “Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho”.

Dessa forma, para dar “conta” de explicar e “combater” essas articulações que se sobrepõem discriminando e gerando desigualdades é que nasce o pensamento interseccional. Isto porque as desigualdades sociais são complexas, multifacetadas, produzidas e reproduzidas a partir de vários fatores interconectados, tais como: gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual, deficiência, geolocalização e outros marcadores sociais (da diferença/identidade e de desigualdades). Nesse sentido, a interseccionalidade é uma perspectiva forjada na articulação da práxis crítica (*critical praxis*) e pesquisa crítica (*critical inquiry*) e busca dar, ao mesmo tempo, inteligibilidade a essas desigualdades, como também informa e é informada por ações/práticas que as enfrentam (Collins; Bilge, 2020).

A interseccionalidade é tanto uma ferramenta analítica como também prática, que parte e orienta estratégias de agência. Isto porque é uma “maneira de interconectar experiências pessoais e análises estruturais de opressões entrelaçadas sem eludir o significado das experiências de vida, das múltiplas identificações e das comunidades políticas” (Collins; Bilge, 2020, p. 111-112).

A interseccionalidade como teoria social dá subsídio para uma compreensão aprofundada e crítica das desigualdades e diferenças sociais, ajuda-nos a desenvolver estratégias mais eficazes de enfrentamento às desigualdades e nos orienta em processos de promoção de justiça social. Ou seja, quando o olhar é guiado pela perspectiva interseccional, tem-se a potência de perceber as camadas que informam as desigualdades e a reflexão sobre como se interconectam e se fazem barreiras sobrepostas para alguns(algumas) sujeitos(as).

Embora seja comum atribuir a concepção do conceito de interseccionalidade aos estudos/ações da jurista Kimberlé Williams Crenshaw (1991, 2002), na década de 1990, a interseccionalidade como práxis e formulação acadêmica possui uma história mais longa e, por estar em evidência, as narrativas sobre a origem do termo estão em disputa. Assim, ao se tomar a história desse conceito a partir do ponto de partida de Crenshaw apaga-se uma trajetória de formulações teóricas, práxis e ações de um conjunto de intelectuais que a precederam, embora ela tenha sido a teórica quem o nomeou desta maneira.

Em seu texto de divulgação científica, Carla Akotirene (2020) aponta o termo “interseccionalidade” como um conceito que engloba a sensibilidade analítica desenvolvida por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais foram negligenciadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo

³ De acordo com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), embora as pessoas pretas e pardas, negras, representem a maior taxa populacional brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém dessa proporção. Esses indicadores contemplam desde o mercado de trabalho e a distribuição de renda, até mesmo o acesso à educação, as condições de moradia e patrimônio, a participação e gestão na sociedade. Neste sentido, as mulheres negras se situam na base da pirâmide social, sendo as mais afetadas pelas condições de vulnerabilidade socioeconômicas.

movimento antirracista, que, em sua essência, estava centrado nos homens negros. O pensamento interseccional, diz a autora: “nos mostra como e quando as mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias que farão delas mais vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2020, p. 63). O pensamento interseccional denota as formas como o sexismo pode ser multiplicado quando operado em conjunto com o racismo e/ou outras formas de opressões, discriminações e desigualdades.

As intersecções das opressões não operam isoladamente ou de maneira singular, mas por meio de entrecruzamentos. Nesse sentido, Grada Kilomba (2019) apresenta-nos o conceito de racismo genderizado para evidenciar que “o impacto simultâneo da opressão ‘racial’ e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas” (Kilomba, 2019, p. 99).

A perspectiva interseccional, dessa maneira, nos permite enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos oprimidos. Além disso, é uma lente analítica sobre as estruturas sociais, políticas e legais que se relacionam, gerando impactos específicos para determinados grupos “marginalizados”.

A matriz colonial moderna que se fundamenta em relações de poder influencia a forma como o conhecimento é produzido, difundido e legitimado. A lógica interseccional nos possibilita refletir criticamente acerca da produção do conhecimento e de como essa produção se alinha com as estruturas hegemônicas e o viés colonial moderno, fortalecendo as narrativas dominantes que permeiam a construção do conhecimento acadêmico e científico. Nessa lógica, argumentamos que os conhecimentos que escapam dos padrões eurocêntricos são posicionados às margens, sendo apagados, silenciados e invisibilizados.

A partir de sua experiência, Grada Kilomba (2019, p. 50, grifos da autora) postula que:

o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao *sujeito branco*.

Nessa perspectiva, as relações de poder que perpetuam a segregação e as disparidades raciais estão intrinsecamente ligadas às relações de gênero, raça e classe. É fundamental reconhecer que essas formas de discriminação não existem de maneira isolada, mas estão interligadas, formando um sistema complexo de desigualdades (Collins, 2022).

Diante desse esboço, propomos a ideia da epistemologia interseccional como proposta de ruptura com um modelo dominante baseado no eurocentrismo, branco e masculinista, que caracteriza todas as mulheres de forma homogênea, bem como sistematiza a produção do conhecimento científico marcado pelo sistema colonial moderno.

Impacto das epistemologias interseccionais na produção do conhecimento

Uma vez apresentada uma perspectiva sobre a interseccionalidade como teoria e prática, retomamos o conceito de epistemologia. Ele tem origem nas palavras gregas *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência. Por meio dessa designação, a epistemologia é uma ciência que discute os processos de construção da própria ciência, assim especifica quais questões merecem ser colocadas (temas), como analisar e explicar um fenômeno (paradigmas) e como conduzir pesquisas para gerar conhecimento (métodos). Nesse contexto, a epistemologia “determina” não apenas o que é um “conhecimento verdadeiro”, mas também em “quem acreditar” e “quem confiar”.

Sistematicamente, paradigmas e métodos compõem os cânones ocidentais tradicionais, que determinam a validade e a legitimação de um conhecimento que não pode escapar ao padrão convencional. Embora seja uma estrutura de pensamento/uma interpretação, o discurso científico contribuiu e contribui de forma significativa com a organização do mundo, (in)formando as estruturas de poder. Isto porque, como aponta o filósofo da ciência Gérard Fourez (1995, p. 220):

A adaptação de nossos modos de conhecimento à estrutura da ciência moderna não é percebida como uma possibilidade deixada à livre escolha; ela é pelo contrário apresentada como uma necessidade concreta, caso se queira manter o seu lugar na sociedade. Felicitar-se pelos benefícios vindos desse espírito científico seria enganar-se, e não perceber que o que é pedido é uma adaptação a um modo particular de conhecer imposto pelo sistema do saber científico e o abandono de outras maneiras de saber.

Esse abandono de outras maneiras de saber, a “adaptação” a modos específicos de produção de conhecimento e os discursos científicos seguem blindando-se por uma “autoridade” requerida por “falar” a partir do método científico. Como aponta o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2009, p. 46), “a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geo-político [*sic*] e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia”. Ademais, “aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A ‘ego-política do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado”.

Neste sentido, tem-se que os processos de construção da ciência hegemônica (moderna e contemporânea) teceu sobre si um regime de verdade como “conhecimento universal” e como se os produtores deste conhecimento não pudessem ser localizados socialmente, um “ego não situado” e “desincorporado”, tentando esconder-se atrás da suposta neutralidade do método científico.

A construção de cânones, como de qualquer outra tradição, contribui para o silenciamento e outras narrativas. As narrativas científicas, como aponta Ângela Figueiredo (2017, p. 93), em seus processos constituintes subalternizam povos e sujeitos e tecem epistemicídios⁴. Em suas palavras:

⁴ Embora o termo receba sobre si diversas significações e autorias, neste texto o usamos a partir da elaboração e uso que Sueli Carneiro (2005, 2023) faz do mesmo a partir do texto de sua tese de doutorado. Para Carneiro (2005, p. 97) epistemicídio é: “para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro

Esta estratégia epistêmica tem sido crucial para os desenhos imperiais/globais ocidentais e para a hegemonia dos brancos crioulos nas Américas. Por meio do encobrimento da localização particular do sujeito de enunciação, foi possível, para a expansão e a dominação coloniais europeias/euro-norte-americanas e para o poder das elites euro-latino-americanas, construir uma hierarquia do conhecimento superior versus conhecimento inferior e, portanto, de seres superiores versus seres inferiores no mundo.

Perante o exposto, temos que a inteligibilidade do mundo se deu a partir e dentro de estruturas de pensamento do colonialismo e da colonialidade. Para Aníbal Quijano (2000), a colonialidade é entendida como a continuidade das relações coloniais após o fim formal da colonização política. Essas relações de poder estruturam as formas de dominação racial, econômica e cultural, naturalizando a supremacia do conhecimento eurocêntrico e ocidental. Ou seja, a colonialidade do poder sustenta uma matriz que organiza a sociedade em categorias hierárquicas, em que os corpos e saberes não europeus são considerados inferiores.

Ainda sobre colonialidade, temos a perspectiva de Maldonado-Torres (2007) que contribui com essa discussão trazendo o conceito de geopolítica do saber-poder, na qual saber e poder são inseparáveis e o conhecimento eurocêntrico domina impondo-se como único legítimo, enquanto epistemologias subalternas são marginalizadas. Isto porque a “geopolítica do saber é fundamental para compreender que o conhecimento e o poder são inseparáveis, e que o saber eurocêntrico impõe uma lógica que desqualifica e deslegitima os saberes subalternos” (Maldonado-Torres, 2007, p. 243).

Como resposta à colonialidade, Walter Dignolo (2008) apresenta a proposta de “giro decolonial”, um deslocamento epistemológico que reconhece e valoriza as linguagens e saberes produzidos pelos corpos e culturas dos grupos subalternizados, contrapondo-se à matriz colonial do saber-poder. Esse giro implica uma ruptura com o universalismo eurocêntrico e uma afirmação de múltiplas formas legítimas de produção de conhecimento. Para o autor, o giro decolonial é a resposta que desafia a matriz colonial do saber-poder, afirmando que os corpos e as culturas subalternas produzem linguagens e epistemologias legítimas, políticas e insurgentes.

O pensamento e a teoria interseccional podem ser uma resposta a esse processo e estão sendo colocados na “disputa” da produção de conhecimento. Isto se justifica pelo fato de que a interseccionalidade abrange uma amplitude de conhecimentos e campos, reconhecendo a complexidade das experiências humanas e as interações entre diferentes sistemas de opressão e privilégios. Essa abordagem epistemológica, enquanto perspectiva teórica, influencia a forma como compreendemos e construímos o conhecimento em diversas áreas.

Considerar novas epistemologias a partir da experiência de pessoas subalternizadas, como propõe o pensamento interseccional, significa reconhecer o conhecimento produzido por esses(as) sujeitos(as) – isto é, por aqueles que vivenciam realidades não compartilhadas por quem historicamente protagonizou a construção do pensamento científico ocidental. O pensamento/teoria interseccional

como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender”.

produz concomitantemente uma nova epistemologia, ao passo que compõe a descolonização do conhecimento. Sobre isso, Grada Kilomba (2016, p. 19) é cirúrgica em sua fala:

Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história.

A perspectiva interseccional, dessa forma, se coloca como uma produção de conhecimento situado/localizado e surge como uma resposta a essas dinâmicas, desafiando os paradigmas tradicionais de uma ciência que se diz “neutra”, “objetiva” e intenta construir paradigmas universais/universalizantes. Assim, ao incorporar as intersecções de raça, gênero, classe e outras categorias sociais e marcadores sociais da diferença e da desigualdade, as epistemologias interseccionais oferecem uma visão mais rica e complexa da experiência humana. Essa abordagem desafia a homogeneidade do conhecimento estabelecido, reconhecendo a diversidade de vozes e experiências que foram historicamente marginalizadas.

Por essa via, estamos lidando com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar. Portanto, o processo de construção de novos conhecimentos não só é uma disputa de pensamentos, como também uma batalha necessária sobre o conhecimento que valida determinadas realidades, em especial das mulheres, negras, de classes sociais desfavorecidas, periféricas, de sexualidade não dominantes. Perspectivas interseccionais discutem a partir da práxis e da pesquisa crítica sobre-vivências e (re)formulam acerca de direito à moradia, à terra, à cidade, à identidade e sobre ativismos, luta de povos originários e tantas outras.

Em uma perspectiva semelhante, situam-se o feminismo decolonial e o feminismo negro decolonial, que se desenvolvem a partir de críticas ao feminismo branco ocidental, uma vertente que, ao desconsiderar a interseccionalidade, negligencia as existências de mulheres periféricas, indígenas, negras, latino-americanas, lésbicas, com deficiência etc. Como destaca Figueiredo (2020, p. 2), “o feminismo negro, que surge a partir das experiências das mulheres negras, periféricas, indígenas, homossexuais, dentre outras, desafia a universalidade e a neutralidade do feminismo branco ocidental, por reconhecer a interseccionalidade das opressões”.

Figueiredo (2020) propõe uma epistemologia insubmissa, formada na resistência das mulheres negras latino-americanas, que produz saberes outros, insurgentes e políticos, capazes de tensionar as hierarquias coloniais e raciais presentes inclusive nos discursos decoloniais. Essa perspectiva amplia as possibilidades de análise e transformação das estruturas de poder, ao enfatizar a centralidade da interseccionalidade entre raça, gênero e classe, “fundamental para compreendermos as experiências das mulheres negras e para desconstruir as estruturas de poder vigentes” (Figueiredo, 2020, p. 5). Além disso, reconhece-se que “os saberes produzidos pelas mulheres negras não são apenas experiências vividas, mas constituem saberes insurgentes, profundamente comprometidos com a transformação das estruturas sociais e acadêmicas” (Figueiredo, 2020, p. 4).

As pesquisas que se valem das perspectivas dos feminismos negros e decoloniais têm se desenvolvido como um horizonte que contribui para a construção de sistemas políticos, sociais e econômicos mais igualitários. Nesse sentido, o debate decolonial é tensionado a partir do Sul global por vozes que não apenas questionam o legado colonial, mas que também evidenciam a centralidade do racismo e do sexismo na produção de saberes e na estruturação das instituições acadêmicas. Trata-se de uma perspectiva que reconhece os saberes produzidos por mulheres negras como insurgentes, políticos e profundamente comprometidos com a transformação das estruturas de poder (Figueredo, 2020).

A teoria feminista ocidental hegemônica dominou os currículos das universidades e foi delineada para representar todos os feminismos. Ochy Curiel (2020) salienta que uma posição decolonial compreende raça, gênero, classe, heterossexualidade e outras categorias como elementos que constituem a episteme moderna colonial. Desse modo, são diferenciações produzidas de forma imbricada pelas opressões e que constroem o sistema colonial moderno.

Inspirada nas contribuições do sociólogo jamaicano Stuart Hall, a teórica feminista decolonial propõe um desengajamento epistemológico que determina o abandono da colonialidade do poder, do saber e do ser, os quais sustentam a retórica da modernidade e do progresso imperial. Nessa dimensão, Curiel (2020, p. 141) sugere o reconhecimento e a legitimação de saberes subalternizados, que surgem de experiências vividas, enfatizando a importância de uma antropologia da dominação para “desvendar as formas, maneiras, estratégias, discursos que definem certos grupos sociais como ‘outros’ e ‘outras’, a partir de certos lugares de poder e dominação”.

Por fim, Curiel (2020) defende a necessidade de problematizar as condições de produção de conhecimentos, alertando contra a recolonização dos imaginários e das mentes pela geopolítica do conhecimento. Diante dessa afirmativa, as pesquisas e as metodologias devem ser desenvolvidas em colaboração com as comunidades e organizações, fortalecendo quadros analíticos e buscando transformações sociais mais efetivas.

Breves apontamentos sobre uma academia descolonizada: desafios e resistências

Para pensar uma academia e produção de ciência que seja descolonizada, voltamo-nos para Mignolo (2003). O autor aponta que a decolonialidade se manifesta na divergência colonial, ou seja, a partir da reorganização da geopolítica do saber em duas dimensões: a análise crítica da subalternização voltada para os saberes negligenciados e o surgimento do pensamento liminar como uma nova forma epistemológica, que atue na interseção entre a tradição ocidental e a ampla gama de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo.

O surgimento de novas epistemologias, as transformações sociais, os sistemas dominantes e não dominantes da globalização, além das questões políticas que envolvem o conhecimento e sua influência sobre a coletividade e a natureza, geram uma nova conduta cultural e social. Essa mudança, conforme Nilma Gomes (2012), estabelecerá uma relação diferente entre o pluralismo cultural, a desigualdade e o conhecimento.

No entanto, a persistência de uma hegemonia eurocêntrica nas universidades brasileiras, tanto no: (1) perfil demográfico de estudantes e professores(as) – que tem mudado lentamente após a adoção das políticas de ações afirmativas e cotas (Brasil, 2012, 2023) – quanto na (2) seleção dos materiais de estudo, ainda contribui para a representação insuficiente de (1) professores(as) e estudantes negros(as/es), (2) a ausência de perspectivas e contribuições afro-brasileiras nas bibliografias dos cursos e o (1 e 2) não reconhecimento das epistemologias negras. Por isso, é importante questionar a imparcialidade presente no discurso de textos educacionais e científicos, destacando que as disparidades de gênero e raça atravessam o cenário científico.

A falta de representatividade no ambiente acadêmico também é um desafio constante para as epistemologias interseccionais, que estão sempre em busca de dar reconhecimento, voz e visibilidade às vivências e pensamentos variados, fomentando o reconhecimento da multiplicidade em todos os segmentos sociais.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. [...] A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções (Ribeiro, 2019, p. 36).

Além disso, vale destacar as constantes formas de resistências e resiliência das epistemologias interseccionais em relação ao currículo, pois este também envolve relações de poder e hierarquia:

O currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (Silva, 1999, p. 16).

Assim, as epistemologias interseccionais buscam um currículo descolonizador que possa confrontar a perspectiva dominante, marcadamente discriminatória, e obstaculizar a compreensão da vasta diversidade de histórias e o multiculturalismo no ambiente acadêmico. Ademais, podemos aproximar os multiculturalismos à perspectiva interseccional no ambiente acadêmico e a necessidade de reformular o currículo hegemônico. Nas palavras de Silva (1999, p. 90):

O multiculturalismo mostra que o gradiente da desigualdade em matéria de educação e currículo é função de outras dinâmicas, como as de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, que não podem ser reduzidas à dinâmica de classe. Além disso, o multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente, como nas reivindicações educacionais progressistas anteriores. A obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente.

Por fim, observa-se que as instituições de ensino necessitam avançar a fim de que se possa assimilar a nova realidade educacional do país, tendo em vista que as mudanças sociais experimentadas na atual conjuntura colocam em pauta saberes, até então, subalternizados e sujeitos(as) marginalizados.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscamos debater acerca da necessidade de repensar as bases epistemológicas que sustentam a produção de conhecimento acadêmico-científico. Propomos refletir criticamente a respeito das epistemologias ocidentais tradicionais, que centralizam a universalidade, a objetividade e a neutralidade nas práticas do saber/fazer científico.

Diante disso, tensionamos as epistemologias interseccionais como aliadas para o enfrentamento à colonização do conhecimento. Nessa dimensão, a interseccionalidade como contribuição teórico-prática considera as abordagens de gênero, raça, classe e outras categorias sociais, se opondo às normas convencionais que invisibilizam e marginalizam as vozes de grupos considerados à margem da sociedade. O pensamento interseccional mencionado nesse artigo dialoga com a construção do feminismo decolonial, que busca superar as limitações do feminismo ocidental hegemônico e romper com a universalidade da categoria mulher.

Em suma, este trabalho reconhece que superar esses desafios demanda transformações nas práticas de pesquisa e ensino, não apenas uma revisão das políticas de inclusão. Afinal, uma academia descolonizada se fundamenta em um comprometimento coletivo com a desconstrução das hierarquias que perpetuam um conhecimento eurocêntrico. Dessa maneira, a implementação de epistemologias interseccionais viabilizaria processos de construção de equidade epistêmica, estabelecendo outras possibilidades de pensar os conhecimentos.

Fontes

BRASIL. *Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023*. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de nível Médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de Ensino Técnico de nível Médio e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalist field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (Eds.). *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity Press, 2005, p. 29-47.

BOURDIEU, Pierre. L'emprise du journalisme. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 101-102, p. 3-9, 1994.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 340f. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias*: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista para Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 123-145.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 1-11, 2020.

FIGUEIREDO, Angela. Descolonização do conhecimento no século XX. In: SANTIAGO, Ana Rita et al. (Orgs.). *Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro*. Cruz das Almas: UFRB, 2017, p. 79-106.

FOUREZ, Gerad. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: EdUNESP, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (Org.). *O lugar da mulher*: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Periferia*, v. 1, n. 2, p. 41-91, jul./dez. 2009.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. *“Descolonizando o conhecimento”*: uma palestra-performance de Grada Kilomba. São Paulo: Goethe-Institut, 2016.

LORDE, Audre. *Zami, a new spelling of my name*. Londres: Penguin Books Ltd, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 237-270, 2007.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Globais/projetos Locais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche*: a prática e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.